

Presentes:

Membros do Conselho:

Adriane Leandro – Secretaria de Estado da Saúde; Célio da Silva Correa – CORESAN Cornélio Procópio; Daniele Martin Sandri – IDR-PR; David Brito – CORESAN Apucarana; Eder Cordeiro – CORESAN Umuarama; Flávia Anastácio – CORESAN Cascavel; Gilmar Carlos Zampiva – CORESAN Ivaiporã; Jaciara Reis – CORESAN Toledo; Janaiara Moreira Seold Berbel – CORESAN Campo Mourão; Juliano Fortunato – CORESAN de Jacarezinho; Kelly Franco de Lima – CORESAN Londrina; Luciana de Fátima Alonso Kaiser – CORESAN Pato Branco; Maria Isabel Corrêa – CORESAN Ponta Grossa; Marilze Brandão de Assis – CORESAN Maringá; Marli Terezinha Dalmolin – CORESAN Laranjeiras do Sul; Patricia Chiconatto – CORESAN Guarapuava; Rosângela Mara Slomski Oliveira – FUNDEPAR; Roseli Pittner – CORESAN Pitanga; Selfa Barbosa Vilela – CORESAN Cianorte; Tammy Rafaelle Kochanny – CORESAN Curitiba; Adalberto Sabino – CORESAN Paranavaí; Rozane Maristela – CORESAN Paranaguá; Marcelo Inácio – CORESAN União da Vitória; Salete Maria – CORESAN União da Vitória;

Outros Participantes: Nair Jung – SEAB Londrina; Ademir F. da Silva – Secretaria da Mulher; Marcelo Santos – Ação da Cidadania; Mariana Natali – COOCAPI; Willian F. – COOCAPI; Jaqueline de Oliveira – Autarquia Municipal de Educação; Valmir de Souza – Lar Sagrada Família; Niele Cristina Melo – Secretaria de Segurança Alimentar de Arapongas; Gracialino da Silva Dias – UFFS; Luiz Carlos de Freitas – UFFS.

Justificativa de Ausências: nenhuma justificativa oficial registrada.

Pauta:

1. Abertura solene com mesa Diretiva e Apresentação Cultural;
2. Audiência pública com lançamentos dos planos de SAN de Arapongas e Apucarana;
3. Aprovação de pauta e ata;
4. Questão agrária, educação e juventude rural – Prof. Dr. Gracialino Dias e Prof. Dr. Luiz Carlos de Freitas – UFFS;
5. Terceirização da alimentação escolar no Paraná;
6. Insegurança alimentar das populações indígenas do Paraná;
7. Informes do DESAN/SEAB;
8. Visita Técnica aos Equipamentos de SAN: Museu do Café/ Equipamentos do programa Feira Verde na Secretaria Municipal da Agricultura de Apucarana.

Memória: Dando início à reunião, é formada a mesa de autoridades e a Presidente do CONSEA, Roseli Pittner, dá boas-vindas aos presentes e agradece a participação de todos e todas. Na sequência, acontece a audiência pública com lançamento dos Planos de SAN dos municípios de Arapongas e

Apucarana. No mesmo ato, o Prefeito de Apucarana assina a adesão ao SISAN e realiza uma breve exposição sobre os programas de SAN desenvolvidos pelo município. Para encerrar a audiência, a Senhora Jandira Valmórbida, apresenta um relato dos impactos do PNAE na agricultura familiar de Apucarana e região. Em seguida, a Presidente Roseli encaminha a aprovação da ata da plenária do mês de abril de 2022, bem como a aprovação da pauta da proferida reunião. Na sequência, os convidados Prof. Gracialino Dias, Doutor em educação, história e política e o Prof. Luiz Carlos de Freitas, Doutor em políticas públicas e formação humana, ambos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), são apresentados e dão início à pauta sobre a questão agrária, educação e juventude rural. O Prof. Dr. Luiz, de começo, faz uma breve explicação sobre a UFFS e a sua pesquisa relacionada aos estudos do Professor Josué de Castro, estudioso que analisou a fome no Brasil e no mundo e que produziu as obras “Geografia da Fome” e “Geopolítica da Fome”. O Prof. Luiz informa que seu grupo de pesquisa visa analisar a região central do Estado em uma concepção de que não haverá um desenvolvimento regional antes do desenvolvimento nacional. Portanto, de acordo com ele, os debates do seu grupo de pesquisa ocorrem de forma a vincular questões regionais e nacionais, isto é, os estudos objetivam vincular as pesquisas dos problemas nacionais com a realidade da região central do Estado. Em seguida, o Prof. relata que o seu grupo de pesquisa conta com pesquisadores de diversas universidades do sul do Brasil que estão preocupados com o desenvolvimento nacional, com a questão agrária e com as suas influências na educação brasileira. Ele relata também que as últimas pesquisas do grupo resultaram na produção do livro “Imperialismo, questão agrária e educação”, livro que conta com um artigo de sua autoria, intitulado “Sucessão familiar rural: os condicionantes sociais, econômicos e culturais para permanência e abandono da juventude na região de Cantuquiriguaçu”, que foi produzido a partir de seu projeto de pesquisa. Esse projeto, de acordo com ele, apresenta dados sobre o abandono da juventude do campo e sobre como isso afeta as produções de alimentos nas pequenas propriedades da agricultura familiar. Finalizando a sua fala, o Dr. Luiz faz uma concisa explanação sobre os 11 artigos presentes no livro em questão, que é dividido em duas partes: uma parte aborda as questões agrárias, outra parte aborda as questões sobre educação. Depois, o Prof. Dr. Gracialino faz uma breve apresentação sobre o Dr. Josué de Castro e a sua luta pelo salário mínimo e pela alimentação escolar no Brasil. O Prof. Gracialino explica que teve oportunidade de trabalhar na reconstituição de dois programas que fazem parte do sistema de segurança alimentar, o Programa de Aquisição de Alimentos, programa de incentivo à agricultura familiar, e nas formulações das diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Ele explica que, ao falar-se da questão agrária no Brasil, tecido sobre o qual se inscreve a segurança alimentar, a soberania alimentar, o território onde estão as pessoas, o solo e o clima, há dois aspectos a serem analisados: o aspecto histórico e o aspecto econômico. Sobre esses aspectos econômicos e históricos, ele aborda a questão da desindustrialização e a primarização da economia, um dos principais fatores de insegurança alimentar, juntamente com as commodities, no país. Ele explica que o Brasil produz aquilo que não consome e consome aquilo que não produz, visto como o país exporta seus bens primários, destruindo florestas, ambientes e comunidades, e importa bens finais e tecnologias de outros países. As consequências desse modelo agrícola, no Brasil, são variadas, e o Prof. Gracialino relata algumas delas: a fome endêmica; a evasão rural, principalmente dos jovens, ocasionando na masculinização e no envelhecimento dos trabalhadores do campo; as inovações tecnológicas e reestruturações produtivas, ocasionando na expansão do trabalho morto e no declínio do trabalho vivo; e também os aspectos políticos, que envolvem a dominação de herdeiros de oligarquias e de coronéis no cenário político, acarretando no capitalismo de compadrio e na dificuldade de implementação de políticas públicas. Ele expõe que a segurança alimentar apenas se sustenta quando há soberania alimentar, e que só haverá soberania alimentar quando o país for soberano para produzir seus próprios

alimentos; algo que não acontece, tendo em vista que o país exporta aquilo que produz e consome produtos importados. O Professor Gracialino relata que, no Brasil, de acordo com o IBGE, há apenas 8 milhões de jovens no campo, número que equivale a 30% da população rural e a 04% da população total de jovens no Brasil. Ele relata também que, atualmente, há 33,4 milhões de brasileiros que estão passando fome e que a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN), usando fontes e métricas das mais rigorosas pesquisas de institutos mundiais que pesquisam a fome, aponta aos mesmos números. Em seguida, o Professor apresenta os dados da evolução da fome no Brasil, de acordo com a Rede PENSSAN: em 2004, 9,5% da população brasileira passava fome; em 2009, 6,6%; em 2013, 4,2%; em 2018, o número aumentou para 5,8%; em 2020, para 9% e, em 2022, para 15%. Dos dados das questões agrárias, ele relata que, cruzando pesquisas elaboradas por diferentes institutos, averiguou-se que há 6 milhões de famílias pobres no campo, famílias que, inclusive, são responsáveis por 70% de todos os alimentos orgânicos do Estado; que apenas 41% da população possui acesso regular aos alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo que não comprometam-se outras necessidades essenciais; a insegurança alimentar leve atinge 28% da população; 15% da população possui insegurança alimentar moderada e 15,5% da população possui insegurança alimentar grave. Ele relata que em 2012 foram identificados 500 novos tipos de câncer no sistema gástrico produzidos pela alimentação inadequada e pela fome endêmica, o fenômeno da subdesnutrição gorda. Na sequência, ele relata que participou de uma comissão do Paraná para medir e pesar todos os estudantes do Estado. A partir dessa pesquisa, concluiu-se que 26% das crianças estão sobrepeso, e isso está relacionado, o Professor explica, com o padrão da cultura e com o tipo de alimentos das prateleiras dos supermercados. Sobre essa questão, o Prof. Gracialino comenta que o Brasil tem capacidade de ser o maior produtor de alimentos e que, portanto, pode realizar o princípio constitucional do direito humano a alimentação adequada e saudável. Para que isso se concretize, porém, deve-se resolver o grande problema da falta de definição política sobre as implementações da ciência e da tecnologia, vinculadas à natureza econômica da estrutura da terra. Por fim, ele conclui que é necessário desenvolver uma política geradora de trabalho e de renda, políticas de produção e agroindustrialização de alimentos, visto que não basta apenas promover políticas de financiamento, como tem acontecido. A fim de atingir esses objetivos, ele explana, há alguns desafios a serem enfrentados: a estrutura departamentalística da academia brasileira e a formulação de políticas públicas isolam os departamentos; o capitalismo burocrático, subordinado à dominação imperialista do país, subordinação determinante do que se produz e que cerceia a liberdade do pesquisador e do produtor; e também a estrutura das terras griladas, de base escravocrata semifeudal das capitâneas hereditária. Em seguida, o Professor Luiz Carlos acrescenta à discussão que há diversas pesquisas que apontam formas de manter a juventude no campo, principalmente a categoria do camponês pobre, que possui pouca terra ou que está sem terra. Ele relata que, de acordo com os censos de 2016 e 2015 do IBGE, houve um aumento de 02% na concentração de terra, mostrando que, ao todo, as propriedades que possuíam mais de mil hectares aumentaram seus terrenos e que as pequenas propriedades diminuíram. Somado a esse problema, ele explica, há o envelhecimento dos trabalhadores do campo e a diminuição da mão de obra, devido a evasão rural dos jovens. Isso acontece, de acordo com o professor, por conta da inexistência de políticas públicas para manter o pequeno produtor no campo. Ademais, ele relata que a base para garantir a fixação do jovem no campo é a agroindustrialização, uma vez que, por meio disso, haverá remuneração. Concluindo sua explanação, o Prof. Luiz compara a soberania alimentar com a educação do Brasil que, desde os governos militares até o governo da Dilma, manteve-se a mesma, porque o Banco Mundial tem definido as políticas educacionais há muitos anos. Na sequência, a conselheira Maria Isabel questiona se as políticas inclusivas, trazidas principalmente pelas gestões do Partido dos

Trabalhadores (PT), são políticas estruturantes. A conselheira Daniele questiona se existe iniciativas no Paraná que remetem à soberania alimentar local e a conselheira Flávia Anastácio, por sua vez, aborda a questão do curso de panificação, ela indaga sobre o uso do trigo para as panificações, considerando que o Brasil é o maior produtor de mandioca e também considerando as importações de um produto que não é produzido em grandes quantidades no território nacional. Em resposta, o Professor Graciliano explica que as políticas são compensatórias porque não são estruturantes, mas que toda política estruturante pode se tornar política compensatória. Ele explana essa questão usando de exemplo as políticas de Governo e as políticas de Estado; ele explica que há programas de Governo que não são convertidos, no ponto de vista da estrutura legal, em direitos humanos e que há também políticas de Governo que são desfeitas por interferências de fatores externos e de interesses econômicos e, por fim, que há políticas estruturantes formuladas em lei na Constituição que não servem ao cidadão. Ele explica também que se condena o essencialismo de um ponto de vista histórico, mas que essa é uma política necessária para combater a urgência da fome. Sobre as iniciativas locais no Paraná, ele relata que há muitas experiências maravilhosas no trato local, sobretudo na questão da produção direta. Ele expõe que fez um programa de extensão de hortas urbanas no município de Pinhais que aborda questões como a educação alimentar e nutricional e a recampanização. Sobre a questão do trigo nos panificados, abordada pela conselheira Flávia Anastácio, o Prof. Luiz explica que o grande problema no Estado Brasileiro é a política de compadrio: não se escolhe o secretário da agricultura pelo vínculo que ele possui com a área, ele é escolhido por meio de votos. Ele acrescenta que os Estados Unidos e alguns países da Europa logo dominarão a cultura alimentar mundial e que o esteio de dominação que eles possuem sobre o Brasil é a concentração da terra. Ele relata, encerrando a sua fala, que nenhum governo no Brasil teve uma política que gerasse compra e venda dos produtos agrícolas, que valorizasse a agroindustrialização, o pequeno agricultor e a agricultura familiar. Dando sequência à pauta sobre a terceirização da alimentação escolar no Paraná, o Secretário Executivo Valdenir faz um breve resumo da situação, explicando que o manifesto contrário à terceirização foi enviado ao Chefe da Casa Civil Sr. João Carlos Ortega e ao Sr. Renato Feder da Secretaria do Estado da Educação e que houve uma resposta da SEED/FUNDEPAR perante aos apontamentos do documento. O Secretário Executivo lê os principais pontos do protocolado, dando destaque à resposta da SEED, que informa que a eventual terceirização é prevista legalmente, que as compras da agricultura familiar permanecerão sendo realizadas pela FUNDEPAR, que as ações de Educação Alimentar e Nutricional permanecerão sob tutela do Estado e que, no caso de continuidade do estudo para a implantação, a terceirização ocorrerá na forma de piloto em alguns municípios. Dito isso, o Sr. Valdenir explica que o papel do CONSEA e dos conselheiros e conselheiras perante essa resposta é de debater nas CORESAN's, de fazer pressão nesse período eleitoral e de encaminhar essa questão para os deputados colocarem-na em pauta na ALEP. Em seguida, a conselheira Maria Isabel faz um relato de como ocorreu a terceirização da alimentação dos detentos em seu município. Ela relata que a entrega ocorria por 3 diferentes empresas que partilhavam o mesmo dono e que seguiam entregando alimentos mesmo com o contrato vencido. Além disso, ela relata que os alimentos chegavam em péssimas condições. Desse modo, ela comenta que carecerão de utilizar todos os argumentos para poderem, pelo menos, postergar a decisão de seguir com o estudo em modelo piloto. Na sequência, a conselheira Rosângela faz um adendo sobre essa questão e explica, pela perspectiva da FUNDEPAR, que, nesse momento, o estudo está de fato parado e que não há nenhuma perspectiva para ele ser retomado. Ademais, passando a falar sobre a entrega de alimentos para as escolas, a conselheira relata que há um planejamento para ser criado um centro de distribuição de congelados em Guarapuava, que servirá para melhorar a logística geral das entregas de alimentos e baratear os custos dessas entregas. Ela explica ainda sobre o projeto Mais

Merenda, que visa a entrega de mais duas refeições para as crianças durante o dia, uma refeição na entrada e outra na saída de cada turno, além da merenda regular que já era dada nos intervalos. Em seguida, ela aborda a questão dos produtos da agricultura familiar que foram cortados e explica a situação relatando que houve uma necessidade de readequar o direcionamento do recurso, que se mantém o mesmo desde 2017, pois há uma pressão de permanecerem com os gastos de R\$0,36 por refeição e por aluno. Em seguida, a conselheira Jaciara relata que em Cascavel alguns municípios já abordaram esse assunto em reuniões. Ela questiona qual é a posição da equipe de nutricionistas que fazem a coordenação na FUNDEPAR perante a terceirização. Em resposta, a conselheira Rosângela explica que, até o momento, não se reuniram para formarem uma opinião técnica conjunta e tomarem uma posição, pois a ideia do estudo não foi sequer finalizada. A conselheira Rozane questiona como é realizado o controle de qualidade dos nutricionistas dos alimentos orgânicos minimamente processados que saem das associações e cooperativas até chegarem nas escolas. A conselheira Rosângela relata que há um manual de boas práticas a ser seguido, além todos os padrões operacionais para fazer o recebimento desses alimentos, desde a forma correta para as merendeiras lavarem as mãos até o recebimento da agricultura familiar. Assim, os participantes e cooperativas fazem reuniões técnicas para discutir como devem ser recebidos determinados produtos ou como devem ser entregues, armazenados e rotulados. Portanto, ela explica, que há um padrão de funcionamento das escolas e dos envolvidos na entrega para controlar a qualidade desses alimentos. Depois, o conselheiro Célio propõe que cada CORESAN encaminhe um documento para os Deputados discutindo essa questão de forma mais direta. Em seguida, a conselheira Patrícia propõe que todos os municípios façam contato com os seus CAE's para colocarem em debate a questão da terceirização e esclarecer as condições que a terceirização trará para os municípios. Dito isso, o Secretário Executivo Valdenir comenta que na reunião de setembro, que ocorrerá em Maringá, as CORESAN's poderão fazer relatos sobre as reuniões e contatos que estabeleceram com os Deputados nesse período. Em seguida, o convidado Marcelo do Projeto Social Arte Vida de Araçongas informa que atua na coordenação estadual da Ação da Cidadania no Estado e faz uma breve explicação sobre a agenda Betinho, documento construído para as eleições de 2020, que objetiva contribuir com a garantia, desenvolvimento e fortalecimento das políticas públicas municipais de SAN. Ademais, ele informa que a Agenda Betinho 2022 será oficialmente lançada no Encontro Nacional Contra a Fome no Rio de Janeiro no dia 21 de junho, encontro que contará com as principais entidades que lutam contra a insegurança alimentar. Por fim, ele relata que a Ação da Cidadania, pensando na sua estratégia de ação, também trabalha com outras conjunturas, além da distribuição de alimentos com as cestas básicas e os vales alimentação, como a distribuição de vale gás para todos os Estados do Brasil a cada 02 meses. Em seguida, o Secretário Executivo Valdenir dá início à pauta sobre Insegurança alimentar das populações indígenas do Paraná e faz um breve relato de como se deu início ao debate pela CAISAN dessa questão e de como a questão foi tratada durante os últimos meses. O secretário relata que o Ministério Público e a Defensoria Pública estão pressionando para que sejam estabelecidas algumas ações por todos os órgãos governamentais envolvidos com a questão indígena. Na sequência, o Secretário Executivo abre espaço para os conselheiros e conselheiras apresentarem os detalhes das suas visitas às comunidades indígenas do Estado. Assim, a conselheira Jaciara relata que visitou a comunidade de Guaíra e que agendaram visita para a comunidade de Terra Roxa. Ela informa que estiveram em reunião com a Secretaria de Assistência Social, com Diretores e com uma representante do IDR-PR. Nessa reunião, de acordo com a conselheira, os gestores e responsáveis pelos programas relataram que todas as políticas da população geral também estavam sendo atendidas nas aldeias da região e que, portanto, não haveria lá indígenas passando fome. Todavia, de acordo com a representante do IDR, que atua diretamente nessas aldeias, das 8 aldeias da região, 2 estão fora dos

programas, havendo, portanto, fome nesses locais, algo que inclusive acarretou no falecimento de uma criança. Em seguida, o conselheiro Pastor Célio relata que na aldeia São Gerônimo a situação é grave, pois há aproximadamente 150 famílias em situação de vulnerabilidade. Essa aldeia, de acordo com ele, é localizada próxima à cidade, facilitando para que haja da população doações esporádicas. Outra questão é que essa comunidade tem o costume de realizar muita migração e que acabam ficando sem assistência durante os períodos que estão fora das aldeias. Em seguida, a conselheira Selfa informa que, de acordo com a tipificação dos serviços sócio assistenciais da assistência social, inserir os moradores não cadastrados e sem documentos nas políticas públicas é papel da política de assistência social do município. Dessa forma, ela comenta que se faz necessário cobrar da SEJUF capacitações dos profissionais, tendo em vista que há muitos problemas ocasionados em decorrência de busca ativa não realizadas e de outras dificuldades relacionadas às diferentes culturas enfrentadas pelos profissionais. Em seguida, a conselheira Flávia Anastácio relata que não obteve sucesso nas tentativas de visitas das aldeias de Itaipulândia, São Miguel e região. Assim, ela explica que tentou outra via de comunicação e contactou estudantes do curso de pedagogia que moram nessas aldeias. A partir desse contato, ela concluiu que, no caso de São Miguel e Itaipulândia, o principal problema é o suicídio de adolescentes. De acordo com ela, a média de idade do suicídio, para meninos e meninas, é de 12 e 17 anos. Outra questão é que não há casa de passagem em Foz do Iguaçu e em Cascavel. Em seguida, a conselheira Daniele relata que visitou comunidades de Turvo e de Candido de Abreu. Ela informa que, em Turvo, há um projeto de geração de renda, de produção para o autoconsumo, de segurança alimentar e nutricional das famílias e de saneamento básico. Ademais, há, na aldeia, produção de artesanato e as mulheres fazem a venda de seus produtos nas cidades próximas. No que diz respeito à fome, ela relata que não viu falta de alimentação, mas que os integrantes da aldeia estão comendo muitos alimentos industrializados não saudáveis. Sobre a aldeia de Candido de Abreu ela relata que, entre todos os moradores da aldeia, há um indígena que se mostrou interessado na produção de alimento, especialmente maracujá, e também em ovinas. Por fim, ela relata que um técnico da região de Tomazina desenvolveu a primeira Organização de Controle Social Indígena (OCS) do país e que lá estão produzindo alimentos orgânicos. Em seguida, a conselheira Marilze Brandão relata que em sua região não há comunidade indígena, mas que uma associação acompanha, ASSINDI, juntamente com uma antropóloga, os kaingangs do município de Ivaí. De acordo com os dados passados pela antropóloga em seu relatório, a terra indígena do Ivaí possuía, originalmente, 36 mil hectares, assegurados pela Constituição Brasileira de 1946, mas, mais tarde, o espaço foi reduzido para 7.200 hectares. A conselheira informa que no censo de 2010 da região foram registradas 1.699 pessoas e que, em 2017, residiam 873 crianças e adolescentes entre 0 e 18 anos incompletos. Ela destaca que há casos de endividamento de famílias de indígenas com mercados da região e que, com os impactos da pandemia, as famílias enfrentam dificuldade para pagar essas dívidas. Finalizando a sua fala, ela relata que há pouca entrega de comida pelo PAA, contribuindo com o aumento da insegurança alimentar da comunidade. Na sequência, a conselheira Janaiara relata que em Campo Mourão há uma aldeia guarani que enfrenta grandes dificuldades e uma aldeia kaingang que está em condições melhores. No município, há uma casa de passagem, cedida em 2022 pela prefeitura, que serve de moradia, por 30 dias nos períodos de migração, para 25 kaingangs escolhidos pelo cacique. Ela comenta que os indígenas ficam no local até completarem as vendas e que, caso não consigam vender todos os seus produtos, dirigem-se às cidades vizinhas, causando certas complicações. Sobre a aldeia guarani, ela relata que há 25 pessoas e que é a única aldeia guarani do Brasil com território próprio, pois foi comprado pela Sra. Nilza, nora do cacique, que, inclusive, é doutoranda. A conselheira relata que no terreno não há distribuição de água e o município não autoriza a utilização do poço artesiano do local. Somado a isso, ela relata que o acesso ao rio que atravessa a região foi

bloqueado por conta da instalação irregular de uma usina de empresa privada. Consecutivamente, o Secretário Executivo Valdenir dá início à pauta sobre os informes do DESAN. Ele informa que o município de Apucarana é o 201º município a aderir ao SISAN e que, no dia 5 de maio, os seguintes municípios aderiram ao sistema: Ortigueira, Rio Azul, Godoy Moreira, Ibema, Itambaracá, Itaúna do Sul, Rio Branco do Ivaí, Roncador, São Sebastião da Amoreira e Quitandinha. O Secretário explica que, além desses, mais 04 estão nos trâmites para também efetivarem a adesão. Também sobre o SISAN, ele alega que as visitas aos municípios da região metropolitana de Curitiba surtiram efeitos significativos, tendo em vista que há agora 9 novas adesões. Em seguida, ele relata que o novo edital do Compra Direta já está publicado, que o sistema está aberto para recebimento das propostas até o dia 20 de junho e que na segunda quinzena de julho será retomada a entrega do Compra Direta. Sobre os equipamentos de segurança alimentar, ele relata que há 120 projetos em análise e que por conta desse ano eleitoral os prefeitos terão até o final de junho para assinar convênio com o Estado. Encerrando a sua fala, Valdenir informa que há recursos suficientes para o Programa Leite das Crianças ser bancado apenas até o dia 30 de junho e que, depois disso, o programa durará até 30 de setembro, utilizando o recurso reserva. Em contrapartida, ele comenta que poderão estender o programa até o início do ano de 2023, devido ao período eleitoral e às verbas decorrentes disso. Na sequência, dando por encerrada a 3ª reunião do ano de 2022, a Presidente Roseli faz um agradecimento ao município pelo espaço cedido e agradece também o conselheiro Davi e o Chefe de Núcleo, Sr. Antonio Biral, por toda a organização e planejamento do evento.

Subscreve a memória:

Valdenir B. Veloso NETO
Secretário Executivo CONSEA/PR
Agente Técnico Profissional SEAB